

4. O ocaso do Mandato para a Paz

4.1. Introdução

A literatura de resolução de conflitos leva em consideração o contexto sócio-político no qual se desenvolve o enfrentamento armado, suas várias particularidades e sua complexidade. Entre outros princípios, a literatura preconiza a necessidade de reconhecimento mútuo, de posicionamentos extremos matizados e de exigências mais flexíveis como condições para que a negociação avance. Por ocasião do processo de paz entre as FARC e a administração Pastrana, os estudos estratégicos da Guerra Fria já não tratavam adequadamente da crescente complexidade dos conflitos internos. De um certo modo, esta limitação forneceu ainda um forte estímulo para o desenvolvimento da área de estudos de resolução pacífica de conflitos.

Este capítulo destaca e percorre alguns temas deste malogrado processo de paz. Empregando as lentes conceituais da literatura de resolução de conflitos pretende-se descrever e analisar as dificuldades que permearam o andamento das conversações de paz, cujos desdobramentos iriam, em última análise, determinar o insucesso das negociações empreendidas entre o governo de Andrés Pastrana e o maior grupo guerrilheiro colombiano. Para tanto, oferecem-se claros indícios da relação de causalidade do conflito Bogotá-FARC com a violência histórica, a insegurança generalizada, a desigualdade social, os incentivos particulares e as percepções individuais, os quais integram os três capítulos anteriores e marcam a sociedade colombiana até hoje.

4.2. A cultura da violência

No caso colombiano, a questão da chamada ‘cultura da violência’ requeria atenção especial. Contribuiu para o ocaso do processo de paz o fato de que não era propriamente a contenda entre as FARC e governo de Bogotá o fator que mais

fortemente impedia a paz, mas, isso sim, a própria violência¹⁹⁰. As ações impostas ao outro lado eram tanto motivadas quanto avaliadas de acordo com normas e valores culturais socialmente aceitos, segundo os quais os atos de humilhação que uma parcela da população impunha à outra foram sempre capazes de suscitar ações de vingança e gerar sucessivos ciclos de violência. Desse modo, mesmo que fosse eventualmente possível dar conta da luta armada, esta sempre estaria susceptível à re-ignição enquanto permanecessem essas condições. A transformação do conflito tinha, pois, relação com a superação de atos recíprocos de violência. Impunha-se a necessidade de abordar o problema da violência de maneira abrangente, atentando para a distinção entre suas formas direta, estrutural e cultural – conhecidas nos capítulos anteriores. Na modalidade direta, isso significava abandonar uma histórica opção pelas armas ou encerrar dois séculos ininterruptos de luta armada para então, na sua modalidade estrutural, voltar-se às condições de profunda desigualdade social e absoluta exclusão política que ainda caracterizam a sociedade da Colômbia. O objetivo de lidar com a dimensão cultural da violência requeria, por sua vez, a superação de uma certa indiferença coletiva quanto ao sofrimento a que está submetida grande parcela da população¹⁹¹ (Mial & all, 1999; Montenegro & Posada, 2001; Rasmussen, 1997).

A iniciativa de resolução do conflito armado colombiano requeria, portanto, uma mudança profunda na postura dos atores centrais, acompanhada, obrigatoriamente, da atenuação das severidades sociais, políticas e econômicas. Aliadas à permanência da luta armada, estas severidades ocasionaram a emergência de uma atitude cética no seio da sociedade colombiana. O alvo requerido era a paz positiva, de durabilidade muito maior do que a paz negativa, a qual sequer foi alcançada, pura e simplesmente, mediante a suspensão das hostilidades. Conforme descrito no primeiro capítulo, o atual quadro de injustiça e opressão tivera suas sementes lançadas desde a construção da sociedade pós-colonial colombiana e contribuía para apoiar a indicação de formação de uma identidade coletiva comum entre o movimento insurgente e a parcela da

¹⁹⁰ A este respeito, ver: Rex Ambler, “*Gandhian Peacemaking*”. In: Smoker, P. & Davies, R. & Munske, B. (orgs) (1990), *A Reader in Peace Studies*. Pergamon Press, New York.

¹⁹¹ Cf. Galtung, J. (1990) *Violence and Peace*. In: Smoker, P. & Davies, R. & Munske, B. (orgs) (1990), *A Reader in Peace Studies*. Pergamon Press, New York.

população identificada sob a acusação de ser a sua base social (Mial & all, 1999; Wallesteen, 2002).

Para a resolução de qualquer conflito, sempre pode haver, em teoria, a perspectiva de alcançar uma decisiva vitória militar. Todavia, ao abordar o tema do fortalecimento do aparelho militar estatal, a literatura de resolução de conflitos demonstra que, se por um lado, lançar mão da força ou de medidas coercitivas pode encerrar uma disputa, por outro lado, estas medidas elevam o risco do desrespeito aos acordos, na medida em que não promovem uma autêntica reconciliação. Druckman, por exemplo, elabora um estudo no qual discute estratégias duras e brandas para obtenção de concessões por parte do oponente, visando a ampliar o espaço de barganha. Sua abordagem complementa, em especial, que uma ação que fosse parte de uma estratégia dura não pode lograr êxito caso o oponente disponha da chance de responder à altura, reagindo de igual modo com o endurecimento (Druckman, 1997; Mial & all, 1999; Regan, 2004).

A administração anterior havia sido manchada pelo escândalo do envolvimento do narcotráfico na campanha eleitoral do candidato Ernesto Samper. Sua vitória e permanência à frente do país expuseram a fraqueza do Congresso e fortaleceram as Forças Armadas enquanto instituição oficial ainda dotada de alguma legitimidade. Na administração Pastrana, tal fato esteve entre os obstáculos que dificultavam a superação da cultura da violência. A instituição militar ampliou, neste caso, sua autonomia decisória quanto a promover ou obstruir a paz. Por isso, o apoio castrense no alvorecer do atual processo de paz mostrou-se bastante relevante, ainda que pudesse ser explicado pela influência dos EUA sobre o processo. No entanto, durante as negociações, a renúncia do ministro da Defesa e a atitude de muitos oficiais demonstraram não apenas que as Forças Armadas resistiam a mudanças, mas também que interferiam diretamente no processo (Romero, 2003; Valencia, 2002; Vargas, 2002).

A resolução pacífica do conflito na Colômbia careceu de medidas que “contribuíssem construtivamente para que as partes alcançassem alguma forma de acomodação política capaz de pôr um fim à violência”. Havia, especialmente, a necessidade de romper com a estagnação da polarização rígida, em favor de uma interação positiva. De início, ao expressar os desígnios da política de paz, o discurso oficial assumiu uma posição de nítida oposição à violência. Em seguida, o objetivo da pacificação seria atingido, por meio de uma abordagem mais ampla

do problema. O presidente Pastrana e seus representantes insistiram, então, em negociações com a guerrilha que não se limitassem “a buscar o fim do confronto armado”, mas que também transformassem a estrutura socioeconômica, a qual supostamente impedia a convivência pacífica dos cidadãos¹⁹². A retórica oficial sugeria, implícita e explicitamente, a onipresença da cultura de violência na Colômbia e contrapunha-se a ela, elaborando um “projeto pedagógico” por meio do qual seria possível desenvolver entre os colombianos a cultura da paz. Tal projeto, perfeitamente em conformidade com o objetivo de resolução pacífica do conflito, também permitiria enfrentar o desafio interno de fortalecer a frágil governabilidade (Carbó, 2001; Mial & all, 1999; Montenegro & Posada, 2001).

No contexto de caos, os colombianos eram acusados de matar uns aos outros e, concomitantemente, de aceitar passivamente a morte violenta e toda sorte de sofrimento de parcela expressiva da população. Conforme exposto anteriormente, isso era aceito como natural, bem como a questão da manutenção de uma realidade sócio-econômica na capital e outra, diferente, no campo. O fluxo da violência não se apresentava, todavia, exclusivamente do segmento poderoso para o mais fraco. Havia também o sentido inverso. O destacado historiador Gonzalo Sánchez¹⁹³ sobressaiu-se no estudo do tema. Ao ressaltar a surpreendente continuidade entre os distintos episódios de luta armada, o autor demonstrava que a história do país se caracterizava por uma guerra permanente e endêmica. Contrária a tudo isso, a resolução pacífica de um conflito “é uma situação na qual as partes optam por um acordo com condições de resolver suas incompatibilidades centrais, após aceitar a sobrevivência da outra parte e cessar toda ação violenta dirigida contra ela¹⁹⁴” (Montenegro & Posada, 2001; Wallesteen, 2002).

Surpreendentemente, ao longo do processo de paz, acentuaram-se, no entanto, as ações ofensivas dos grupos armados contra as bases sociais do inimigo, as quais suscitaram um fluxo contínuo de deslocamentos internos e transformaram o conflito num drama social, em que os direitos fundamentais à vida e às liberdades individuais foram sucessivamente negados. Se, por um lado, a

¹⁹² Cf. Pastrana, A. (2001), *Colômbia: Um Camino de Democracia hacia la Paz*. Foreign Affairs en español. Vol. 1 No. 2, Verano 2001, p. 31-43.

¹⁹³ Sanchez, F. (2001), “*Determinantes del crimen violento em um país altamente violento: el caso de Colombia*”, documento CEDE 2001-02, Bogotá: Universidad de los Andes, enero. Citado em: Montenegro, A & Posada, C. E., (2001) *La Violencia em Colombia*. Edición Alfaomega Colombiana S.A., Bogotá, DF .

literatura não estabelece o momento ideal para um cessar-fogo, por outro lado, as demandas inflexíveis do governo para que a luta armada fosse substituída por um cessar-fogo imediato foram respondidas com a insistência da guerrilha para que se enfrentasse antes o poder de fogo paramilitar. A divergência dominou a maior parte da negociação, enquanto prevalecia intacta a cultura da violência, na sua função de prover obstáculos ao progresso do processo de paz (Hartzell, 1999; Wallesteen, 2002).

O quadro de confusão e incerteza foi favorecido ainda pelo fato de que os opositores não gozavam de coesão interna. As FARC mantiveram uma estrutura organizacional particularmente ambígua. À medida que o processo se mostrava sujeito às interferências traumáticas dos paramilitares e ao progressivo rearmamento das Forças Armadas, sua divisão interna entre as vertentes política e militar favorecia a segunda. Nesse contexto, em meio à continuidade do processo de paz, o advento do Plano Colômbia fortaleceu a percepção tradicional de que uma derrota militar definitiva poderia ser imposta à guerrilha. Nisto, a resposta guerrilheira foi uma declaração tácita de guerra, por meio da imposição da “taxa da paz” – a lei 002, de abril de 2000, descrita no capítulo anterior e praticada na forma da tradicional extorsão. Ao apelar para o financiamento à força, o grupo guerrilheiro tornava evidente seu entendimento de que o processo de paz caminhava em paralelo à manutenção de um cenário histórico de enfrentamento armado (Isacson, 2003; Valencia, 2002).

O Plano Colômbia alterou então o equilíbrio de forças, sem que isso resultasse numa inclinação decisiva a favor do governo, no sentido de que o seu fortalecimento não contribuiu à efetiva resolução do conflito, mesmo desconsiderando-se interrogações acerca da natureza e de quão estável poderia ser a paz alcançada. Desde o início de 1999, o presidente Pastrana revia sua política de concessões às FARC em troca do apoio de Washington, cuja intransigência bélica acompanhou o processo de paz¹⁹⁴. A partir de 2001, a maioria dos ataques teve origem nas Forças Armadas. O próprio clima de instabilidade permanente assegurava uma relevância inquestionável ao seu papel e ampliava sua autonomia

¹⁹⁴ Wallesteen, P. (2002) *Understanding Conflict Resolution*. London, Sage Publications, page 8.

¹⁹⁵ Cf. Stokes, D. (2003), *Why the end of the Cold War doesn't matter: the US War of Terror in Colombia*. Review of International Studies, 29, p. 569-585. British International Studies Association.

para elaborar uma agenda própria e para responder por suas ações segundo o seu “dever constitucional”, em detrimento de qualquer passo na política de paz que porventura estivesse sendo dado pelo poder executivo (Valencia, 2002; Vargas, 2002).

Face à persistência da cultura da violência, o apoio norte-americano destacou-se como uma ajuda externa mais voltada para a guerra do que para a paz. O Plano trouxe um apoio à esfera institucional, de modo a corroborar a sua causa e fortalecer sua posição no jogo de barganha. Àquela altura, não alcançou o objetivo de promover o empate, mas privilegiou as Forças Armadas, sobretudo na luta contra o narcotráfico, a qual se conjugava às ações anti-guerrilheiras. O Plano contribuiu especialmente para desfazer qualquer situação propícia à assinatura de acordos que pudesse existir. Ele introduziu mudanças significativas na estrutura de incentivos dos atores e falhou em alterar a correlação de forças de modo a beneficiar o processo de paz. O Plano estadunidense estimulou finalmente a manutenção de posições e interesses inflexíveis, ao mesmo tempo em que justificou as ações unilaterais pautadas pelo dilema de segurança interno¹⁹⁶, no qual a melhor defesa é o ataque. Assim sendo, prevaleceu a tendência histórica à escalada da violência, de acordo com a tradicional dinâmica do conflito (Wallesteen, 2002; Hartzell, 1999; Mial & all, 1999; Regan, 2004).

4.3. A correlação de forças

A intensificação do conflito, seguida pela inauguração das negociações, deixava crer que as partes haviam, com efeito, optado pela via política. A posterior conclusão de uma Agenda Comum tornou os objetivos dos dois opositores potencialmente convergentes e criou uma expectativa real de sucesso na negociação, porquanto as demandas de um lado poderiam mostrar-se compatíveis com a oferta do outro. O início dos diálogos ainda amenizava a assimetria inerente a qualquer guerra civil – a qual foi apontada por William Zartman e que se traduz no fato de que um lado forte (o governo) encontra-se

¹⁹⁶ Entendido o dilema de segurança como uma situação na qual “*groups or individuals living in such a constellation must be, and surely are, concerned about their security from being attacked, subjected, dominated or annihilated by other groups and individuals. Striving to attain security*”

desafiado por um lado fraco (o grupo insurgente). Tal assimetria se evidenciava desde a relação que se estabelecia entre eles, até a própria estrutura de papéis e os temas que os definiam. Nisto, desde o início, a concessão de legitimidade ao movimento guerrilheiro mostrou-se essencial ao avanço das negociações¹⁹⁷. (Mial & all, 1999; Zartman, 1997).

O impasse que se forma a partir dos custos elevados e da falta de perspectiva de vitória pode vir a contribuir para a pacificação do conflito, pois, neste caso, a correlação de forças pode caminhar para o equilíbrio, de modo a configurar o denominado “momento maduro”. Este, por sua vez, corresponde a uma ocasião propícia à resolução do conflito, à medida que a correlação de forças aliada aos custos da guerra enseja a suspensão do embate, sobretudo quando o quadro é complementado pela percepção das partes de que elas ficarão em melhores condições com a assinatura de um acordo de paz. Desestimulando qualquer recurso às armas, o “momento maduro” resulta de um mínimo de consciência de que é possível deixar de lado a insistência na subordinação do outro, para encontrar-se, em igualdade de posições, no interior do sistema político (Sisk, 2001; Wallesteen, 2002; Zartman, 1997).

Não se pode asseverar que o processo de paz tenha ocorrido num contexto em que os opositores reconhecessem um no outro a capacidade de frustrar o seu desejo individual de vitória – satisfazendo, portanto, as condições de empate e de momento maduro. A hipótese de empate fatal sugere que os opositores possam parar a violência quando esta já os vitimou em demasia. O insuficiente diálogo e a mútua atribuição de culpa obstaculizavam, no entanto, qualquer ação construtiva. Era possível que uma das partes não desejasse, ainda, a assinatura de acordos, demonstrando, por exemplo, que havia interesses que resistiam à transformação. A negociação precisava, portanto, ser conduzida segundo a finalidade de um compromisso aceitável, deliberado por interlocutores válidos – um papel que não veio a ser desempenhado sequer pelo Grupo de Notáveis. Deste modo, a negociação entre Bogotá e as FARC revelava a extrema complexidade da

from such attack, they are driven to acquire more and more power in order to escape the power of others” (Herz, 1950: 157)

¹⁹⁷ O governo reconheceu por meio de uma resolução oficial tanto o “caráter político” das FARC, quanto a própria existência do “conflito armado” – Resolução no. 85, de 14 de outubro de 1998. Cf. Carbó, E.P. (2001), *¿Guerra Civil? – El Lenguaje del Conflicto en Colombia*. Edición Alfaomega Colombiana S.A., Bogotá, DF.

aplicação dos pressupostos teóricos por parte dos atores ao longo de toda a extensão do processo de paz (Mial & all, 1999; Zartman, 1997; Walter, 1997).

A Literatura corrobora a importância primordial dos acordos assinados entre as partes. Conforme descrito acima, tais acordos de paz podem ser estimulados por um equilíbrio bélico, por um determinado contexto político ou pelos custos excessivos de prosseguir com a guerra. Há, no entanto, a possibilidade da resolução do conflito resultar da simples capacidade dos atores para lidar com suas principais diferenças, mitigando-as. Neste caso, o acordo de paz se viabiliza por meio de uma negociação na qual os atores obtêm êxito em barganhar suas posições – uma perspectiva que se soma para destacar a ausência de progresso nos quatro anos desse processo de paz (Hartzell, 1999; Zartman, 1997; Wallesteen, 2002).

Por um lado, aos olhos da guerrilha, o cenário se descortinava favorável e, talvez por isso, as FARC buscaram reorientar a condução oficial da segurança e da ordem pública ao insistir no tratamento a ser dispensado aos paramilitares como o preço cobrado pela paz¹⁹⁸. Os guerrilheiros haviam se fortalecido ao longo dos anos 1990, dando demonstrações das suas capacidades, sobretudo durante a administração anterior, do presidente Ernesto Samper. Na inauguração do processo de paz, a fraqueza crônica do Estado arriscava tornar a resolução do conflito um alvo distante. Por outro lado, o rearmamento das Forças Armadas restabelecia a assimetria bélica e alimentava a perspectiva de vitória militar decisiva. As derrotas impostas aos militares mostraram-se decisivas ainda para o avanço do segmento armado de direita, o qual se colocava em oposição à guerrilha e operava em um paradoxal esquema de confronto e cooperação com as Forças Armadas. Como resultado, mesmo que a decisão inicial de enfrentar os paramilitares pudesse ter contribuído para o avanço das negociações, o governo tomou medidas bastante inconsistentes para se opor a eles, na medida em que sua atuação podia debilitar a posição da guerrilha, conseqüentemente favorecendo a esfera oficial na correlação de forças.

¹⁹⁸ Doze dias após a abertura do processo de paz, em 19 de janeiro de 1999, a guerrilha suspendeu unilateralmente a negociação reclamando uma ação governamental mais dura em relação às forças paramilitares.

4.4. A construção de confiança

O tema da construção de confiança é central, na medida em que dá conta da incompatibilidade entre os atores, a qual se traduz na insuficiência de incentivos das partes para assumirem compromissos, preferindo a aposta entre ganhar tudo ou perder tudo. Especialmente na Colômbia, deve-se admitir a capacidade do conflito – de longevidade histórica – de moldar o comportamento e as mentes dos atores envolvidos. As identidades antagônicas já se haviam tornado enraizadas, ao passo em que a desconfiança mútua se consolidava. Os sucessivos processos de paz, à medida que apresentavam dificuldades para progredir, ainda produziam um certo desgaste, além de acumular um histórico pouco alentador de frustração, falência e desastre. Ou seja, àquela altura, os vários processos de paz poderiam, por si só, ter se constituído num obstáculo para o fim do conflito armado, levando a crer que não se conseguiria superá-lo (Mial & all, 1999; Rangel, 2001; Wallesteen, 2002).

No entanto, cumpre ressaltar que nem todos os integrantes de cada lado demonstravam suportar as agruras e os custos da guerra em prol de uma eventual vitória no campo de batalha. O desafio era, então, conciliar os interesses conflitantes, de modo a eliminar, desde a raiz, a incompatibilidade de posições. Havia a necessidade de reconhecer que o processo de pacificação não levaria à eliminação do conflito, mas à sua transformação. Seu êxito seria expresso nas transformações das identidades individual e coletiva, do contexto, da estrutura, dos temas, dos interesses – sem nunca ambicionar a harmonia genuína dos mesmos. Uma redefinição dos interesses, por exemplo, seria paulatinamente favorecida por uma negociação em um espaço dinâmico de barganha, o qual deveria pautar-se por concessões mútuas em favor da convergência de posições (Mial & all, 1999; Zartman, 1997; Wallesteen, 2002).

O âmbito abrangente da negociação não podia prescindir da confiança constituída sobre uma interação que combinasse ações impulsionadas por barganha pura e simples (soma zero) com uma abordagem integrativa (soma positiva) de modo a fortalecer, em cada um dos atores, um núcleo moderado cuja responsabilidade seria conduzir o processo. Neste caso, a barganha prevê apenas compensações, enquanto uma abordagem integrativa trata os temas em um

contexto mais amplo, no qual se torna possível redefinir os interesses individuais e reconciliar as posições conflitantes. Nisto, a troca de prisioneiros foi uma iniciativa particularmente importante e, por suas características, destacou-se como um momento no qual a relação entre os atores se mostrou de fato profícua. Todavia, os diálogos se mostraram carregados de ceticismo quanto as chances de alcançar, sobre o alicerce frágil do supracitado acordo humanitário¹⁹⁹, o princípio de “concessão e convergência” (Mial & all, 1999; Wallesteen, 2002; Kelman, 1997).

Uma análise abrangente do processo, além de demonstrar o tamanho dos obstáculos que se opunham às medidas de construção de confiança, poderia revelar que ele se caracterizara sobretudo por “concessão e divergência”. A concessão de uma zona desmilitarizada, neste sentido, pode ter resultado de um ponto mínimo de consenso apenas. A zona foi declarada em vigor por 90 dias, contados a partir de 7 de novembro de 1998 – antes, portanto, do início formal das negociações –, e veio a ser prorrogada onze vezes. Se, por um lado, atendeu a uma das exigências colocadas pelas FARC; por outro, veio a ser qualificada como um “pecado original”²⁰⁰ pois, a partir de sua concessão, todo o processo de paz esteve dependente de sua continuidade. Falhou em apresentar condicionalidades, precisão, pertinência e em sua capacidade de instituir um espaço político (Miall & all, 1999; Wallesteen, 2002; Zartman, 1997).

De início, a concessão da zona desmilitarizada foi um gesto importante, porquanto implicou o reconhecimento do status político da guerrilha – uma condição primordial para viabilizar a negociação. No dizer de Zartman, “*in conflicts between a government and a insurgency, the government must reach the point where it recognizes the insurgency as a negotiating partner*”. Ao conceder-lhe legitimidade, o governo também lidava com o amplo dilema inclusão/exclusão que se encontra no cerne da política da Colômbia. No contexto local, o gesto poderia, pois, indicar alguma predisposição para lidar com a diferença, por meio da apreciação e da assimilação possíveis mediante a negociação política. O mero ato de sentar-se para dialogar com um grupo social que não pertencia à elite já se tornava um ato de solidariedade pela paz, apresentando-se, repito, como um

¹⁹⁹ Assinado em 2 de junho de 2001, por meio do qual foram liberados 242 soldados e policiais, os quais eram mantidos reféns pelas FARC.

²⁰⁰ Isacson, op.cit, pág. 8.

primeiro passo no sentido de romper com a histórica relação de exclusão e dominação em relação à base social guerrilheira (Mial & all, 1999; Wallesteen, 2002).

Ao reconhecer o caráter político da guerrilha, o governo, distanciando-se da via bélica, reafirmava seu compromisso com uma abordagem construtiva do problema. Mas, sobretudo, dava um passo firme rumo ao estabelecimento da confiança. Demonstrava admitir a transformação nas características tradicionalmente atribuídas aos guerrilheiros, até então descritos como “bandidos” e “narcoguerrilheiros”. Prevalecia o objetivo de negociar a conclusão de um conflito social prolongado, em que os atores se articulavam no papel de grupos demandantes versus Estado, atentando para questões como o direito à igualdade e ao reconhecimento social.

No entanto, ao esvaziar-se de uma perspectiva integrativa, a delimitação de uma zona desmilitarizada configurou, *per se*, fronteiras ideológica e identitária²⁰¹. Não houve a permissão para a entrada de observadores internacionais no seu interior, os quais teriam o objetivo de verificar as denúncias de toda sorte de crimes de violação aos Direitos Humanos. Nisto, a zona desmilitarizada não apenas eliminou qualquer ameaça contra a identidade rígida de cada ator, como ainda recebeu as vítimas de seqüestros. Expressou nitidamente a dicotomia entre “dentro” e “fora”, os próprios limites entre o ser e o não ser²⁰². No final do processo, era visível, no discurso e na ação, que a relação entre os dois lados se manteve polarizada por rígidas fronteiras historicamente delimitadas, ainda que, eventualmente, distorcidas por projeções inapropriadas. Ou seja, a ausência de progresso no processo de paz, associada aos fatores descritos acima, tornou as características da demarcação daquela fronteira territorial um elemento que ainda pode ter assegurado a permanência do conflito, à medida que a demarcação de fronteiras já se apresentava como o principal recurso por meio do qual os atores

²⁰¹ Ver sobre o tema em: Walker, R. B. J. (1993) *Inside/Outside: International Relations as Political Theory*. Cambridge, Cambridge University Press.

²⁰² Como resultado, as implicações do que se pode ser ou não o significado da auto-realização nos limites do espaço físico permitiu que, no interior das zonas desmilitarizadas, os guerrilheiros não apenas exercessem um regime opressivo e autoritário sobre a população civil, no sentido de uma homogeneização imposta, como ainda utilizassem o espaço para o cativeiro de várias vítimas de seqüestros (Restrepo M, 2001).

tradicionalmente definiam-se a si mesmos e posicionavam-se frente ao outro²⁰³ (Rasmussen, 1997; Simons, 2004; Torres, 2005).

A concessão da zona desmilitarizada mostrou-se, no mínimo, insuficiente para induzir as partes a se engajarem na dinâmica de cooperação e na efetiva aproximação entre suas identidades. Ademais, pelo fato de ser concedida por períodos curtos, a zona criou uma tal urgência para a convergência de posições que dificultou-a, no médio e no longo prazos. Obstaculizou, também, a retirada de temas sensíveis cujo tratamento poderia ser adiado para negociações futuras. No limite, a concessão da zona desmilitarizada permitiu, entretanto, ganhos individuais para o governo, uma vez que correspondeu à urgência de uma ação política que impulsionou o Mandato Para a Paz, e ganhos individuais para a guerrilha, ao permitir sua reorganização (Valencia, 2002; Wallesteen, 2002).

Não logrou-se êxito em desenvolver a confiança mútua. O gesto unilateral de concessão da zona desmilitarizada, apesar da importante legitimidade política estendida à guerrilha, obteve, como fria resposta, gestos reticentes do líder guerrilheiro Marulanda, que deliberadamente não compareceu ao evento de abertura do processo de paz. Daí em diante, nenhuma parte correspondeu às expectativas da outra. No contexto de um processo de paz, os principais atores recorreram reiteradas vezes à agressão, julgando poder ampliar seu espaço de barganha. O próprio compromisso por um cessar-fogo mostrava-se fortemente subordinado a um dilema de segurança interno e era dificultado pelo risco individual de ficar em situação precária ao demonstrar debilidade ou diminuída capacidade de dissuasão. As históricas fronteiras ideológicas contribuíram para fazer o processo de paz ingressar em um círculo vicioso no qual a violência aberta era encarada como instrumento legítimo – em detrimento do pressuposto básico de um cessar-fogo. O passado de humilhações impostas seguiu realimentando o ódio, ao passo que a negociação entre as duas partes requeria a alteração de posições por meio de nova conjuntura, capaz de permitir a reconstrução do *self* e do outro²⁰⁴ (Wallesteen, 2002; Zartman, 1997).

Um processo de paz envolve um aprendizado constante e requer a descoberta gradual do que as partes estão preparadas para aceitar ou acomodar.

²⁰³ Conferir o tema das retaguardas no item 2.5, *Território, atores e poder*.

²⁰⁴ Para conhecer a dimensão de violência armada que marcou a relação entre os atores durante os vários processos de paz, ver: Anexo 5.

Apesar disto, o governo não deu qualquer encaminhamento ao problema paramilitar e a guerrilha não aceitou os reiterados pedidos por cessar-fogo. Finalmente, a construção de confiança requeria demonstrações de vontade de impulsionar a negociação, mas as evidências do contrário abundavam (Mial & all, 1999; Wallesteen, 2002).

4.5.

O caráter lucrativo da guerra

A condução satisfatória de um processo de paz requer atenção para com os segmentos sociais cujos interesses sejam contrários à resolução do conflito da maneira proposta. Estes segmentos podem se opor à negociação, à medida que se beneficiem da continuidade da luta armada, e agem em detrimento dos eventuais acordos. Neste caso, eles optam pela manutenção do conflito e realizam o papel de um *spoiler*. A literatura ora em estudo classifica os *spoilers* em duas categorias de agentes: os que criam dificuldades à resolução do conflito quando buscam assegurar uma melhor posição num possível acordo e os que vão muito além e se opõem aberta e explicitamente à concretização de quaisquer acordos de paz²⁰⁵ (Mial & all, 1999; Rasmussen, 1997; Wallesteen, 2002).

A surpreendente desatenção ao perigo do *spoiler* na Colômbia confere ainda sustentação à hipótese de que não havia uma estratégia previamente definida. Desde as Propostas para uma Paz Integral²⁰⁶, de 1º de novembro de 1997, o objetivo de pacificação do conflito pressupunha uma responsabilidade do Estado quanto à redução da magnitude do fenômeno paramilitar. Às atitudes anteriores, de caráter omissivo e permissivo, somou-se a ausência de uma política pró-ativa de combate ao paramilitarismo durante o processo de paz, o que só poderia ser corrigido por uma estratégia de negociação bem definida²⁰⁷. A este respeito, Mauricio Romero ressalta o uso do terror por parte dos paramilitares e seus colaboradores civis e estatais como fator decisivo para dificultar as

²⁰⁵ Como exemplo, ver os Itens 2.2 e 2.3, relativos respectivamente ao ELN e aos paramilitares.

²⁰⁶ Em www.ciponline.org/colombia/redepaz.htm (acessado em junho/2004)

²⁰⁷ Em 1999, os paramilitares foram considerados responsáveis por 78% do total de violações aos direitos humanos e às leis internacionais humanitárias. As guerrilhas, por 20% e as forças do Estado, por 2%.

Fonte: <http://hrw.org/wr2k/americas-03.htm> - **Humans Right Watch**, acessado em junho de 2004.

sucessivas negociações entre o governo e a guerrilha, não apenas nessa passagem, mas desde o início dos anos 1980²⁰⁸ (Mial & all, 1999; Wallesteen, 2002).

Incluir ou excluir um segmento *spoiler* é parte de uma opção estratégica. De acordo com uma perspectiva de cálculo racional, a questão do tempo empregado na resolução do conflito é relevante. Nela, enfatiza-se o momento maduro para a assinatura dos acordos, de modo que este não venha a ser desperdiçado. A assinatura destes acordos é urgente e sua implementação pode redefinir o equilíbrio de forças, de modo a debilitar a ação dos *spoilers*. Uma estratégia formulada a partir de uma perspectiva dinâmica, por sua vez, coloca a resolução do conflito como um processo que não requer, necessariamente, manobras políticas e ações rápidas. Nesta perspectiva, os momentos maduros para a assinatura de um acordo apresentam-se reiteradas vezes. A teoria preconiza que, nesses casos, aqueles que são reconhecidos como *spoiler* ou que podem desempenhar esse papel devem ser envolvidos no processo de paz – ainda que sob o risco de possíveis desdobramentos nocivos, como, por exemplo, ter de conceder-lhes legitimidade ou até mesmo tornar o processo refém de suas táticas (Mial & all, 1999; Wallesteen, 2002).

Os conflitos internos estão relacionados a uma realidade social específica, a qual se configura a partir dos interesses individuais em jogo. Deste modo, a narcoburguesia – descrita no capítulo 2 – havia se formado e optado pelo investimento em terras como um meio eficaz de lavagem de dinheiro. Por ocasião do processo de paz, os narcotraficantes já haviam adquirido 48% das terras férteis nacionais, de valor total estimado em 2,4 bilhões de dólares²⁰⁹. Eles integravam o núcleo do agronegócio e foram os responsáveis diretos pelo crescimento dos paramilitares. Confrontados com o problema da redistribuição dos recursos, os narcotraficantes eram naturalmente contrários a qualquer proposta que comprometesse a propriedade fundiária. A iniciativa de taxação guerrilheira descrita anteriormente contribuía para que se formasse uma articulação política em torno dos seus interesses, cuja atitude de defesa evoluiria no sentido da oposição a uma eventual proposta que pudesse tocar a delicada questão agrária.

²⁰⁸ Cf. Romero, M. (2003), *Paramilitares y Autodefensas, 1982-2003*. Editorial Planeta Colombia S.A., Bogotá, D.C. Introducción.

²⁰⁹ Ver estudo a este respeito em:

<http://economia.urosario.edu.co/docentes/rirochanarco25.PDF>. Acessado em Janeiro/2004.

Àquela altura, o sucesso nos negócios havia sido determinante para a formação e consolidação da organização paramilitar de âmbito nacional, dentro das diretrizes de uma estratégia anti-guerrilheira. A aguerrida oposição do agronegócio ao processo de paz, neste caso, podia embasar uma crítica ao modelo de negociação bilateral e realçar a inexistência de uma estratégia capaz de dar conta da sua atuação.

Tradicionalmente, sempre houve uma crítica ideológica à ordem burguesa por parte da guerrilha, quando apontava a sociedade civil capitalista como sendo, simultaneamente, fonte e expressão do domínio da burguesia. Uma ampla reforma nos moldes reivindicados pelas FARC acarretaria um papel mais ativo do Estado na economia nacional e a revisão do modelo neoliberal, ao mesmo tempo em que a introdução de reformas econômicas estruturais engendraria o compromisso de maiores gastos sociais do governo, os quais seriam cobertos mediante a elevação dos impostos que incidem diretamente sobre os ganhos financeiros dos ricos²¹⁰. Assim, os integrantes dos grandes grupos econômicos – organizados em torno da ANDI – provavelmente seriam contrários a uma revisão do modelo econômico neoliberal, haja vista os ganhos obtidos com a liberalização econômica, especialmente na sua relação com o capital internacional. No entanto, se até aquele momento, os integrantes dos grandes grupos econômicos haviam respondido com indiferença às várias iniciativas de pacificação do conflito, a forte crise econômica impulsionou alguma mudança na disposição dos grupos econômicos face ao processo de paz no governo Pastrana²¹¹ (Montenegro & Posada, 2001; Rasmussen, 1997).

Todavia, não houve uma oportunidade de comprovar se o aparente compromisso desta parcela da burguesia com a paz se tornara realmente primordial para ela, a ponto de fazê-la enfrentar a raiz sócio-econômica do conflito, cuja solução passava pela elaboração de um modelo diferente de desenvolvimento e pela aplicação de políticas distributivas. Neste caso, o compromisso não visa a concessão de privilégios àqueles que detêm o poder, mas visava a se opor à guerra e ao seu lucro para vários atores envolvidos. No caso

²¹⁰ Cf. Pardo R. (2000), *Colombia's Two Front War*. Foreign Affairs, July/August 2000.

²¹¹ Até então, “em meio a crescente violência, tribulação e tributação, a Colômbia apresentava as maiores taxas anuais de crescimento entre os Estados Latino-americanos”. Cf. Sanchez G., G. (2001), *Problems of Violence , Prospects*. In: Bergquist, C. & Peñaranda, R. & Sanchez G., G (2001). Page 9.

particular das Forças Armadas, por exemplo, Álvaro Guizado²¹² observa que o termo ‘narco-guerrilha’ indicava uma forte propaganda ideológica e ressaltava, de modo emblemático, o interesse de manutenção de um Complexo Industrial-Militar, amplamente justificado pelo seu oposto, o Complexo Internacional das Drogas²¹³ (Mial & all, 1999; Wallesteen; Rabasa & Chalk, 2001).

Em geral, a luta armada provia de recursos financeiros os vários grupos combatentes e seus respectivos membros. Por isto, de antemão, desde o aparecimento do fenômeno das crianças guerrilheiras, as calamidades decorrentes disso requeriam avaliar se, diferentemente de portar armas e atuar num campo de batalha, o amplo contingente de homens armados detinha os meios e os recursos mínimos para sobreviver numa economia altamente competitiva; do contrário, tais integrantes dos grupos armados iriam pautar sua conduta individual pelo receio de ter de enfrentar o desemprego, a falta de moradia, a perda de status social e as incertezas políticas do pós-guerra. Ampliar a mesa e envolver a sociedade na negociação significaria então lidar com o cenário pós-conflito – trazendo-o de um quadro acentuadamente adverso para outro relativamente favorável –, influenciando simultaneamente o cálculo sobre lutar ou negociar, elevando os benefícios associados a um acordo e determinando, em última análise, maior ou menor resistência a qualquer compromisso (Guizado, 2003; Mial & all, 1999; Piñeros & Mora, 2001).

4.6. A mediação

Durante a negociação, o gerenciamento do conflito mostrou-se um empreendimento complexo, exigindo a administração de expectativas inconsistentes e informações acerca das perdas, ganhos e benefícios dos acordos negociados, cujo valor determinaria o próprio êxito do processo de paz. O projeto de Bogotá de construção de uma cultura de paz e reconciliação dificilmente poderia se materializar exclusivamente pelo esforço dos dois líderes. Neste caso,

²¹² Diretor do Centro para Estudos Internacionais e Sócio-culturais da Universidade Los Andes, em Bogotá.

²¹³ Relacionado a isto, vimos no item 3.6.1 o formato do Plano Colômbia adequando-se sobretudo à denominada Guerra contra as drogas. O próprio conceito de narcoguerrilha foi explorado pelos militares ao longo da primeira metade dos anos 1990 para a finalidade de obter ajuda financeira à luta anti-insurgente (Cf. Murillo, 2004).

esteve em conformidade com a tradicional exclusão política empreendida na Colômbia, a qual não apenas marca a história nacional, como o estudo ainda demonstra ter sido um fenômeno responsável por lançar as próprias bases do atual conflito (Mial & all, 1999, Piñeros & Mora, 2001; Valencia, 2002).

O êxito de uma mediação é pautado na observação dos pressupostos da ação a convite e do objetivo de auxiliar as partes a atingirem um acordo. Por isto, um momento oportuno à mediação é aquele em que os opositores admitem a dificuldade de avançar em seus objetivos²¹⁴. A iniciativa requer **oportunidade** para o envolvimento de terceiros, **motivação** para superar o embate e **habilidade** daqueles que se propõem a realizar o papel de mediadores para que o seu resultado não fique à margem do processo ou venha a se tornar improdutivo. O mediador deve possuir a capacidade de gerar incentivos e resultados concretos. Nisto, sobretudo no longo conflito colombiano, destacava-se a questão da diminuição do nível de desconfiança entre os opositores. Uma mediação pode ainda aprimorar o gerenciamento do conflito e influenciar as estimativas individuais de vitória, à medida que alcance reduzir os incentivos dos atores para prosseguir com a luta (Hartzell, 1999; Touval & Zartman, 2001).

No caso em estudo, algum resultado em termos de mediação foi verificado em 2002, quando a ONU e o Grupo de Países Amigos exerceram um papel ativo de pressão sobre as partes e evitaram a ruptura do processo de paz. Nessa passagem, os atores externos lograram manter os opositores sentados à mesa de negociações até a assinatura de um acordo mutuamente satisfatório. Os dois lados diretamente envolvidos na negociação do processo de paz teriam considerado os custos de não alcançar um acordo. Paralelamente a uma demonstração de boa vontade das partes para avançar nas negociações, a mediação combinou promessas e ameaças, de modo a alterar os cálculos individuais e permitiu a manutenção do processo de paz por meio do estabelecimento de um acordo prático, constituído por demandas menores e datas limites. No entanto, antes de mais nada, o fato da iniciativa vir a ser realizada tardiamente comprometia o seu êxito. Afinal, este requeria, fundamentalmente, a criação de consenso entre as

²¹⁴ Mial, H. & Ramsboytham, O. & Woodhouse, T. (1999) *Contemporary Conflict Resolution*. Cambridge, Polity Press, page 159.

Opõe-se a uma intervenção militar, a qual se mostra mais eficaz se realizada quando as partes se mostram enfraquecidas. Cf. Lund, M. S. (1996) *Preventing Violent Conflicts – A Strategy for Preventive Diplomacy*. Washington, United States Institute of Peace

partes. O desafio à mediação era, pois, a redução ou mesmo remoção dos problemas relacionados a uma relação que já se tornara altamente conflituosa (Mial & all, 1999; Otero, 2003).

Apesar dos sucessivos impasses observados nos vários momentos em que os diálogos foram suspensos, os agentes externos não foram envolvidos no desenrolar das negociações e ficaram impedidos de formular idéias ou soluções práticas às demandas trazidas pelos opositores. Faltou-lhes a devida oportunidade de alterar o cenário de confronto de forma a viabilizar o entendimento. Prevaleceu o jogo de soma zero. Dadas as limitações reais, as Nações Unidas e o Grupo de Amigos atuaram com hábil imparcialidade e estabeleceram contato em separado com cada um dos dois atores. Não puderam, todavia, exercer o importante controle sobre aspectos procedimentais ou substantivos do processo, tampouco alcançaram manejar o núcleo da disputa, o qual dizia respeito aos interesses de cada lado e alicerçava as posições individuais assumidas na mesa de negociações (Hartzell, 1999; Otero, 2003).

No conflito armado colombiano, grande parte da motivação à mediação externa podia resultar do fato que os grupos armados ilegais, favorecidos inclusive pelos desequilíbrios econômicos gerados pela globalização, recorriam ao contrabando de várias mercadorias lícitas e ilícitas. Desse modo, tratava-se de uma guerra civil que se nutria dentro e fora do Estado. O narcotráfico, em especial, se expandia em conexão com o mercado consumidor das drogas e com o comércio ilegal de armas, ou seja, conectando as duas mais poderosas máfias internacionais entre si, de modo a determinar o crescente agravamento do drama colombiano. Àquela altura, a interdependência econômica ainda fazia o conflito ameaçar interesses dos países vizinhos, tendo sido ele próprio agravado por um fator de natureza regional – nesse caso, a guerra contra as drogas que fora empreendida no Peru e na Bolívia. O sofrimento humano já atingira níveis bastante elevados e a gravidade do quadro não era ignorada pela comunidade internacional. Muito pelo contrário, este era efusivamente denunciado pelas várias organizações não-governamentais e pelos meios de comunicação de massa²¹⁵ (Isacson, 2003; Richani, 1997; Valencia, 2002).

²¹⁵ A este respeito, ver: <http://eltiempo.terra.com.co/coar/noticias/index.html>.

Mesmo após ter desempenhado um papel fundamental na eleição de Andrés Pastrana e na definição de sua agenda política junto à guerrilha, a sociedade civil, por sua vez, não contribuiu para robustecer o processo de paz entre o governo e as FARC. Ela teve, ao contrário, uma frágil participação no referido processo, à medida que seu papel não era devidamente reconhecido pelos dois atores. Apesar das audiências públicas, o processo se desenrolava de forma tal que a sociedade civil era excluída do processo decisório e apenas ocupava um lugar marginal nas negociações. No entanto, havia papéis específicos a serem conferidos à sociedade civil no pós-conflito, cujas atribuições precisavam ser debatidas já na mesa de negociações. Em especial, havia temas relativos à reconciliação dos vários segmentos da sociedade, à reinserção social dos combatentes – geralmente discriminados por serem egressos da guerrilha – e à atenção ao quadro de traumas e esperanças, os quais não podiam prescindir de uma abrangente discussão (Piñeros & Mora, 2001; Zartman, 1997; Wallesteen, 2002).

4.7. A pré-negociação

Ao longo da década de 1990, a evolução dos estudos sobre técnicas de resolução de conflitos desenvolveu, principalmente, as etapas de pré-negociação e pós-acordo, mas a primeira foi desprezada por Andrés Pastrana. Na experiência colombiana, em especial, uma fase de pré-negociação possibilitaria identificar um momento maduro capaz de tornar a interação profícua, ainda que não assegurando propriamente o êxito final de pacificação do conflito. Uma robusta fase de pré-negociação já poderia contribuir à assinatura dos primeiros acordos, além de permitir a realização de escolhas estratégicas. Na fase de pré-negociação, já é possível optar entre uma estratégia orientada pela perspectiva de cálculo racional e uma com base na dinâmica. Na fase propriamente de negociação, a presença evidente de uma estratégia determina com clareza a pertinência das decisões tomadas. Do contrário, conforme observado nesse processo de paz, sua ausência enseja contínuas críticas internas e externas (Kriesberg, 1997; Mial & all, 1999; Zartman, 1997)

A urgência da instalação da mesa de negociações impediu que o processo de paz na Colômbia fosse dotado de uma elaborada fase de pré-negociação. Andrés Pastrana chegou mesmo a recusar-se a firmar sua assinatura no compromisso pela paz, alegando que era, ainda, um pré-candidato. A resposta popular, a opinião pública e a disputa com os candidatos Naomi Sanin, líder do movimento Si Colômbia, e Horacio Serpa, líder do partido Liberal, iriam definir sua plataforma política. O candidato conservador Andrés Pastrana teria, assim, o seu futuro programa de governo moldado segundo objetivos urgentes e imediatos (Murillo, 2004; Simons, 2004).

O fim da Guerra Fria, o contexto internacional favorável e a própria escalada da guerra civil poderiam ter impulsionado os opositores no sentido de uma saída negociada no governo Pastrana. No entanto, ainda que contribuíssem de alguma forma, não necessariamente foram estes os elementos que conduziram às negociações de paz. O ainda candidato Andrés Pastrana definiu sua plataforma política a partir do contexto das mobilizações sociais e da atuação dos segmentos intelectual e acadêmico, os quais se intensificaram a partir de 1997. O encontro entre o candidato Pastrana e o líder guerrilheiro Marulanda em torno da promessa de atendimento do pedido por uma zona desmilitarizada para o início dos diálogos mostrou-se decisivo para o subsequente resultado do pleito eleitoral. O foco na luta pela vitória eleitoral numa disputa apertada pode ter impedido a elaboração de uma estratégia de negociação e o processo de paz teve de aguardar por sua definição até às vésperas da abertura das negociações (Isacson, 2003; Simons, 2004; Valencia, 2002).

O processo de paz se originou em meio a um contexto de ampla violência, a qual podia fazer pressupor certa indisposição para uma negociação estável entre os oponentes, cujos perfis não se poderia assegurar que estimulassem o progresso das negociações. De ambos os lados, uma coesão apenas relativa permitiu que facções internas demonstrassem nítida rejeição pela via política. Assim, investir na fase de pré-negociação se mostrava um fator essencial para levar adiante o processo de paz de modo satisfatório. Ao permitir lidar com o jogo de forças interno a cada um dos atores, a iniciativa teria a chance de contribuir para o fortalecimento de um núcleo coeso e moderado em cada um dos lados. Ao ser aberto o processo de paz, as necessidades relativas à identidade e ao reconhecimento, assim como as mudanças institucionais necessárias à sua

viabilização, deixaram de ser contempladas em entendimentos capazes de reduzir os riscos de que o enfrentamento pudesse se prolongar e, conseqüentemente, evoluir em meio ao desenvolvimento do processo de paz (Mial & all, 1999; Rabasa & Chalk, 2001).

Conforme o capítulo anterior, iniciada a fase de negociação, os dois lados reuniram-se com uma agenda definida quase exclusivamente sobre os pontos mínimos acertados na fase anterior à abertura formal dos diálogos. Um lado havia obtido o almejado status de ator político e o controle oficial de parte do território, gozando do reconhecimento do Estado colombiano e dos gestos de apoio da comunidade internacional. O outro lado, por sua vez, gozava do prestígio de haver garantido a vitória na disputada eleição para a presidência da República. Assim, as negociações foram inauguradas com a guerrilha sentando-se à mesa com um antigo documento, no qual expunha seus temas relativos à necessidade de uma reforma agrária e política, enquanto o governo, mesmo apresentando um documento muito mais abrangente, aparentava não ter uma idéia claramente definida sobre o quê e como negociar.

4.8.

Breves considerações finais, a partir de Hugh Mial, Oliver Ramsbotham e Tom Woodhouse

Os pressupostos teóricos da literatura de resolução de conflitos estabelecem pois distinção entre diferentes temas relacionados com um processo de paz. Tais temas, reforçam conceitos empregados na perspectiva conjunta de Mial, Ramsbotham e Woodhouse, os quais ressaltam a deficiência da negociação levada a cabo no governo de Andrés Pastrana. Retomar alguns deles nos permite destacar o significado amplo da falência do empreendimento, haja vista os vários desafios correlacionados à luta armada colombiana, suas causas profundas e suas manifestações imediatas. Em relação à resolução do conflito (*conflict resolution*), uma vez que o processo de paz não considerou em abrangência os motivos do conflito e, de igual modo, ignorou a satisfação das necessidades de cada um dos atores, deixou de construir incentivos à transigência e falhou em estabelecer relações harmônicas, em transformar a estrutura do conflito, e em torná-lo menos violento e não tão cegamente hostil.

A ausência de um cessar-fogo evidenciou a impossibilidade de acomodação do conflito (*conflict settlement*), situação em que alguns detalhes poderiam ser adiados em prol de um avanço parcial. Um cessar-fogo, neste caso, representaria um entendimento temporário entre as partes, ainda que omitindo-se de contemplar em profundidade o conflito. A inexistência de uma suspensão ou uma trégua foi o resultado da primazia das rígidas contradições estruturais sobre o eventual desejo de pacificação do conflito por parte dos dois atores centrais. Em seguida, a dificuldade para o gerenciamento do conflito (*conflict management*) esteve relacionada, principalmente, com a maneira de abordar o conflito e a incapacidade para minimizar seus efeitos negativos. Não logrou-se a necessária amenização da violência, com a perspectiva de longo prazo do conflito apresentando-se pouco auspiciosa e servindo de incentivo à re-escalada da guerra, ou seja, reiterando a opção armada.

A transformação do conflito colombiano (*conflict transformation*), enquanto objetivo final, dizia respeito a um nível mais profundo de mudança no processo de resolução do conflito, pois iria além deste. No caso colombiano, a transformação do conflito ensejaria a resolução de relações sociais historicamente injustas, as quais padeceram de um interlocutor válido, sobretudo à medida que a guerrilha crescentemente se esvaziava de reconhecimento pelos métodos adotados. Nisto, ficar aquém do nível de transformação do conflito significou a manutenção de injustiças aterradoras. Para o estudo do caso colombiano, em especial, o estudo da literatura de resolução de conflitos nos permite interpretar o ocaso do Processo de Paz como algo que extrapolava a simples falência de mais uma negociação conduzida entre o governo e a guerrilha²¹⁶.

Dentre as implicações imediatas da falência do Processo de Paz no governo de Andrés Pastrana, ampliou-se a percepção de que a guerra civil se esvaziara ainda mais de sua natureza político-militar, em favor de perspectivas que a interpretavam como um problema relacionado essencialmente à lei e à ordem, segundo as quais o emprego da força continuou sendo aceito como o meio adequado. Por conseguinte, foi assegurada a histórica indiferença das classes dirigentes quanto ao descompasso entre os desenvolvimentos social e econômico do país, aliado à tradicional insuficiência no âmbito da representação política.

Neste ponto, sob um olhar mais crítico, favoreceu o regime político da Colômbia, quando este é descrito como uma democracia no papel, a qual, na realidade, se constituía em “poder hereditário sem monarquia”²¹⁷.

²¹⁶ Cf. Mial, H. & Ramsbotham, O. & Woodhouse, T. (1999), *Contemporary Conflict Resolution*. Cambridge, Polity Press. Introduction.

²¹⁷ Segundo o jornalista Apolinar Días Callejo, citado em: Murillo (2004), cap 1.